

# INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 45 - Cruz das Almas (BA) - 14 de Julho de 2016 - [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)

## MOBILIZAR É PRECISO!

**Atenção, servidor público:  
querem retirar os seus direitos.  
Todos contra o PLP nº 257/2016**



**É necessário que nós, docentes da UFRB, nos manifestemos contra o PL 257/16. Não podemos ficar inertes diante da possibilidade de congelamento de salários, demissões e reforma da previdência que retira direitos. Vamos nos manifestar a favor dos direitos dos/as trabalhadores/as**

## NOTÍCIA ANDES-SN

# SEMINÁRIO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DISCUTIRÁ ATAQUES DO PLP 257/2016

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados realizará nesta quarta-feira (13/7), seminário, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, para debater o Projeto de Lei Complementar (PLP 257/2016), que dispõe sobre a renegociação de dívida dos estados com graves prejuízos aos servidores públicos e à prestação de serviços públicos de saúde e educação, entre outros. O debate contará com a participação de diversas entidades sindicais e de movimentos sociais, entre eles a Auditoria Cidadã da Dívida.

“O PLP 257 é uma das ferramentas utilizadas para tentar garantir o pagamento de dívidas ilegítimas dos estados com a União, interferindo na gestão pública de cada estado e agredindo diretamente o funcionalismo público do país. Como se não bastasse, o projeto garante a remuneração da sobra de caixa dos bancos e torna a União seguradora internacional”, denunciou, em nota, a Auditoria Cidadã.

#### Tramitação

O PLP 257/2016 foi enviado em regime de urgência ao Congresso, em março, pelo governo de Dilma Rousseff. Em 24 de maio, o governo interino de Michel Temer retirou o caráter de urgência do projeto e, agora, tenta retomá-lo.

Na quarta (6), a Câmara rejeitou o pedido da liderança do governo interino na Casa para a retomada de urgência do PLP 257/2016, que aguarda parecer da CTAPS. Apesar da recusa da maioria dos deputados, novo pedido de urgência foi protocolado nesta segunda-feira (11) e deve ser analisado ainda essa semana.

Na última semana, Cláudio Ribeiro, 2º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro e um dos coordenadores do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN, alertou que é necessário manter cautela em relação à derrota do pedido de urgência do PLP 257, pois para o governo interino é fundamental aprovar tanto o PLP 257 quanto a PEC 241/2016, que prevê, entre outros, congelar o orçamento da União em 20 anos. “O que está em risco são os serviços públicos essenciais para a população brasileira”, ressaltou.

#### PLP 257/2016

O PLP 257/2016 faz parte do pacote de ajuste fiscal iniciado pelo governo de Dilma Rousseff, ainda no final de 2014. As medidas, que buscam manter o pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro e aumentar a arrecadação da União, atingem diretamente o serviço público e programas sociais.

Além de estabelecer um novo limite para o crescimento do gasto público, o PLP 257/16 cria um Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal com propostas de “alívio financeiro”, com o alongamento do contrato da dívida com o Tesouro Nacional por 20 anos e a consequente diluição das parcelas, a possibilidade de refinanciamento das dívidas com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e o desconto de 40% nas prestações da dívida pelo prazo de dois anos.

Em troca, os estados são obrigados a aderir ao programa oferecido pela União, de curto e médio prazo, para reduzir o gasto com pessoal, que prevê, entre outras medidas, a proibição de reajustes, exceto os já previstos em lei, a redução do gasto com cargos comissionados em 10% e a instituição de regime de previdência complementar de contribuição definida.

#### PEC 241/2016

Chamada de novo regime fiscal pelo governo interino, a PEC 241/2016 limita as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que significa que a cada ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vai definir, com base na regra, o limite orçamentário dos poderes Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas da União), Executivo e Judiciário, Ministério Público Federal da União (MPU) e Defensoria Pública da União (DPU). Como o IPCA só é conhecido após o encerramento do ano, a PEC 241 determina que, para calcular o limite, o governo estimará um valor para a inflação, que será usado na elaboração dos projetos da LDO e da lei orçamentária. Na fase de execução das despesas, no ano seguinte, será usado o valor final do IPCA, já conhecido, procedendo-se aos ajustes nos valores dos limites.

Caso haja descumprimento ao limite de gastos, o órgão ou Poder Público serão penalizados nos anos seguintes com a proibição de medidas que aumentem o gasto público, como o reajuste salarial de servidores públicos; criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira; à admissão ou à contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos; e à realização de concurso público.

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8224>

## UFRB ENFRENTA PROBLEMA COM O SISTEMA DE REDE E INTERNET



O serviço de internet da Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB) teve uma interrupção total por cerca de 20 dias e, desde a semana passada, tem oscilado, o que tem ocasionado dificuldades, e até mesmo inviabilizando o trabalho acadêmico e administrativo na instituição; bem como afetando diretamente as condições de trabalho dos/as docentes.

A Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), sempre preocupada com as condições de trabalho docente, mas também ciente de que uma informação para ser passada necessita ser checada com todos os atores envolvidos, entrou em contato com o responsável pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC), mas não obteve respostas.

Recentemente, Pedro da Costa Barbosa, engenheiro eletricista da Superintendência de Infraestrutura-SIPEF / UFRB, esclareceu que o problema com o sistema de rede e internet seria decorrente de problemas técnicos no equipamento Nobreak e no Gerador

de emergência do Centro de Processamento de Dados, localizado na COTEC. Ainda segundo o engenheiro, a COTEC teria afirmado que uma empresa foi contratada para realizar a manutenção, mas está com dificuldades para encontrar as peças, já que os modelos dos equipamentos estão descontinuados (não são mais produzidos).

Apesar de entender que há assuntos que dizem respeito à administração central e não, necessariamente, ao sindicato, a APUR jamais se furtará a lutar para que os direitos dos/as docentes da UFRB sejam respeitados, em especial aqueles que afetam as condições de trabalho. Prova disso é que a representação docente no CONSUNI, orientada pela APUR, cobrou uma posição da reitoria sobre o problema da internet nas reuniões dos dias 20 e 28 de junho.

Neste sentido, é importante que as causas do internet, bem como as medidas saneadoras para resolver este ou quaisquer outros problemas de ordem administrativas sejam de publicizados para toda a comunidade.

# DISCENTES OCUPAM O CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS (CAHL)



O Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) /UFRB foi ocupado no dia 5 de julho por estudantes residentes da Casa Ademir Fernando (Residência Universitária do CAHL). Em um vídeo publicado em rede social, o discente Weder Bruno de Almeida explica os motivos da ocupação. Segundo ele, os estudantes resolveram ocupar o centro por conta da falta de internet, que no CAHL já ocorre há quase um mês, sendo que para os residentes o problema é muito mais antigo: “A gente reclama e não resolve, depois reclama e reclama de novo. A gente decidiu fazer a ocupação para tentar resolver de vez esse problema para a gente e para a comunidade acadêmica como um todo”, afirma Weber.

Outra pauta reivindicada pelos discentes é a falta de acesso aos livros, que também já estaria ocorrendo há mais de um mês. Conforme Weber Bruno de Almeida, a alegação é de falha no sistema, mas não houve uma explicação mais detalhada. “No final do semestre não tem como a gente estudar nem pela internet e nem pelo livro, por isso a gente decidiu fazer essa mobilização, esse ato”, completou o discente.

Por fim, os estudantes mobilizados também colocaram em pauta os cortes dos funcionários terceirizados. “A direção não se coloca, e a reitoria também não se coloca e os estudantes não estão tão mobilizados quanto deveriam estar, na nossa opinião. E a gente decidiu fazer esse ato também em apoio os funcionários terceirizados”, completou Weber.

## NOTA DA REITORIA SOBRE A OCUPAÇÃO DO QUARTEIRÃO LEITE ALVES

A Reitoria da UFRB, em consonância com a prática democrática desta gestão e valorizando o diálogo e o respeito mútuo, se dirige à comunidade acadêmica da UFRB, em especial ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), para informar os desdobramentos resultantes do processo de negociação com discentes que, desde dia 05 de julho, ocupam a sede do Quarteirão Leite Alves.

Vale ressaltar que, desde o primeiro momento, ainda na manhã do dia 05 de julho, atendendo a uma solicitação da Direção daquele Centro, a Reitoria, representada pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC), participou de uma primeira reunião de negociação cujas reivindicações se estabeleceram em torno da implantação de processo alternativo de empréstimo de livros; bem como a disponibilização de serviço de internet para as residências. No dia 6 de julho, quarta-feira, a Reitoria representada pelo Magnífico Reitor, Vice-Reitora e Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) participou de uma nova reunião onde ficou garantido o atendimento das reivindicações apresentadas.

Em respeito ao princípio da transparência, apresentamos agora, para o conhecimento da comunidade acadêmica, os termos do acordo assinado pela Reitoria, bem como as providências tomadas pela gestão da UFRB, conforme demonstramos a seguir:

“Convocar, em até 48 horas, as chefias de bibliotecas para discutir e propor um sistema alternativo de empréstimos dos livros em ocasiões de impossibilidade dos repasses através do sistema eletrônico vigente”

A Reitoria da UFRB convocou para esta segunda-feira, 11 de julho, às 14h30, os servidores responsáveis pelas bibliotecas para dar continuidade às tratativas já em andamento no sentido de estabelecer um procedimento alternativo para o empréstimo de livros nos casos de queda do sistema eletrônico. Deste encontro ficou decidido que após uma reunião com a COTEC, agendada para amanhã, 12 de julho, será apresentado um cronograma com os prazos para a disponibilização do procedimento.

“Compromisso de não haver redução do número de auxílios PPQ hoje existentes”

Em que pese todo o contingenciamento orçamentário imposto à universidade, a UFRB vem assegurando o pagamento das bolsas e auxílios. Como afirmamos na reunião com os estudantes, não há nem nunca existiu qualquer disposição por parte da Reitoria em reduzir o número de auxílios do Programa de Permanência Qualificada hoje existentes. Compromisso reafirmado.

“Supressão imediata do cadastramento geral dos estudantes assistidos pelo PPQ e apuração das denúncias de fraude no processo seletivo PPQ e possível descumprimento das normas estabelecidas no edital”

O cadastramento de estudantes é previsto em edital, sobretudo para a prevenção de possíveis fraudes e a apuração de denúncias, bem como para garantir que os recursos sejam dirigidos para os estudantes que preencham os requisitos do edital, garantido o acesso a esses benefícios. A Reitoria manterá para fins de fiscalização e controle o cadastramento focado nas áreas em que se faça necessário. Compromisso reafirmado. “Revisão e manutenção em 48 horas dos computadores do Laboratório de Informática do CAHL”

A Reitoria já mantém um técnico no CAHL, vinculado à Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC), responsável pela manutenção dos computadores do laboratório de informática. Infelizmente, as maiores ocorrências relatadas pelos técnicos dizem respeito ao desaparecimento de mouses e teclados, prática que prejudica o conjunto dos estudantes. Entretanto, dando cumprimento ao acordado, enviamos técnicos para repor três CPUs danificadas, mouses e teclados. Não obstante, por conta da própria ocupação, os servidores relataram que não encontraram a chave do laboratório e terão que retornar para fazer a manutenção, assim que for dado acesso.

“Compromisso de apresentar soluções técnicas para a implantação da internet na Residência Universitária Maria do Paraguaçu em até 48 horas”

Os técnicos já visitaram a residência e realizaram uma análise da situação. Nesta análise foi constatada a necessidade de instalação de um link entre a residência e o Pavilhão Leite Alves. Os técnicos estimam em uma semana o prazo para a instalação dos equipamentos e testes para início do funcionamento do sistema. Em reunião com representante da Residência no dia 08 de julho, discutimos alternativamente a possibilidade de contratar empresa local para fornecimento do serviço de internet. Compromisso cumprido.

“Compromisso da Universidade de readmissão dos funcionários terceirizados demitidos conforme a recomposição orçamentária da UFRB, assim como a garantia de não haver novas demissões”

Como é de conhecimento público, as demissões de terceirizados não decorrem de iniciativa da UFRB, mas é resultado dos contingenciamentos orçamentários e de imposição legal expressa em decretos de responsabilidade do Ministério do Planejamento. Assim sendo, a Reitoria reafirma que, uma vez havendo uma suplementação orçamentária que permita a recomposição do quadro de terceirizados, nos moldes da legislação em vigor, haverá readmissão dos terceirizados.

Desta forma, a Reitoria da UFRB reafirma o cumprimento da integralidade da pauta apresentada e espera assim que se estabeleça a normalidade do funcionamento das atividades acadêmicas do CAHL, a partir do acordo estabelecido, e se coloca a disposição permanente para o diálogo e os entendimentos necessários a este objetivo.

# MANIFESTO À CONVOCAÇÃO DA FRENTE CONTRA O PL “ESCOLA SEM PARTIDO”

Nós, membros atuantes da sociedade por meio de nossas entidades representativas, educadores/as, estudantes, trabalhadores/as e cidadãos/as dos mais variados setores, repudiamos com veemência a ofensiva do atraso e do fascismo expresso no famigerado Projeto de Lei 867/2015 denominado “Escola Sem Partido”.

Defender a escola sem partido é defender a escola com apenas um partido. Partido daqueles que são contra uma educação laica e contra o debate sobre gênero, fortalecendo assim a cultura do estupro e a LGBTIfobia presente em nosso país. Defendemos a escola crítica sim, a educação libertadora, a pluralidade de ideias e a liberdade de expressão e pensamento.

Historicamente, as classes dominantes do Brasil em seus sucessivos governos e em todas as esferas têm sucateado e precarizado a educação. Sequer a escola pública de qualidade em suas acepções fundamentalmente liberais é garantida à população, principalmente aos seus segmentos mais pauperizados.

Não bastassem as condições degradantes às quais são expostos estudantes e profissionais da educação, não bastasse o salário rebaixado à que são submetidos professores/as e demais profissionais da área da educação, acenam agora com a censura, o patrulhamento ideológico, com a morte da esperança de transformação social em suas exposições mais primárias.

Diante da ofensiva do capital, da ameaça de aprovação deste PL pelo congresso mais reacionário das últimas décadas e do seu sancionamento por um governo ilegítimo, urge a reação. Não são mais suficientes as iniciativas isoladas, não basta mais levantar a voz no espaço de nossas casas ou mesmo em nossas salas de aula é necessário uma ampla organização.

É hora de reunir todas as entidades, sindicatos, associações, partidos, organizações da sociedade civil, parlamentares, etc, ombro a ombro contra esse insulto à democracia e ode aos anos de chumbo.

Por tudo isso, conclamamos a todos/as que entendem a necessidade da mobilização democrática que se somem a nós no lançamento da Frente Nacional Contra o PL 867/2015 “Escola Sem Partido”.

Rio de Janeiro-RJ, 7 de julho de 2016

## CENTRAIS SINDICAIS

CSP-CONLUTAS  
CTB  
CUT  
INTERSINDICAL

## ENTIDADES NACIONAIS

ANDES-SN  
ASFOC-SN  
CNTE  
CONFETAM  
CONTEE  
FASUBRA  
FENAMETRO  
SINASEFE

## MOVIMENTOS SOCIAIS

Campanha Nacional pelo Direito à Educação  
MIEB  
MST  
MTST

## PARTIDOS POLÍTICOS

PCB  
PSOL  
PSTU

## SENADORXS

Lindbergh Farias-PT/RJ

## DEPUTADXS FEDERAIS

Ana Perugini-PT/SP  
Angelim-PT/AC  
Benedita da Silva-PT/RJ  
Chico Alencar-PSOL/RJ  
Enio Verri-PT/PR  
Erika Kokay-PT/DF  
Edmilson Rodrigues-PSOL/PA  
Fabiano Horta-PT/RJ  
Glauber Braga-PSOL/RJ  
Ívan Valente-PSOL/SP  
Jandira Feghali-PCdoB/RJ  
Jean Wyllys-PSOL/RJ  
Luiz Sérgio-PT/RJ  
Luiza Erundina-PSOL/SP  
Marcon-PT/RS  
Margarida Salomão-PT/MG  
Maria do Rosário-PT/RS  
Moema Gramacho-PT/BA  
Padre João-PT/MG  
Pedro Uczai-PT/SC  
Wadli Damous-PT/RJ

## DEPUTADXS DISTRITAIS E ESTADUAIS

Chico Vigilante-PT/DF  
Carlos Giannazi-PSOL/SP  
Carlos Minc-PT/RJ  
Flávio Serafini-PSOL/RJ  
Luciane Carminati-PT/SC  
Marcelo Freixo-PSOL/RJ  
Pedro Ruas-PSOL/RS

Rosângela Zeidan-PT/RJ  
Waldeck Carneiro-PT/RJ

## VEREADORXS

Amanda Gurgel-PSTU/Natal  
Fernanda Melchiona-PSOL/Porto Alegre  
Hilton Coelho-PSOL/Salvador  
Leonardo Giordano-PCdoB/Niterói  
Leonel Brizola Neto-PSOL/RJ  
Paulo Eduardo-PSOL/Niterói  
Professor Alex Fraga-PSOL/Porto Alegre  
Reimont-PT/Rio de Janeiro  
Renato Cinco-PSOL/Rio de Janeiro  
Toninho Vespoli-PSOL/São Paulo

## PREFEITXS

Washington Quaquá-PT/Maricá

## ENTIDADES ESTUDANTIS

AMES-BH  
AMES-Rio  
AMES-Teresina  
ANEL  
APES-PB  
CABIO-FFP  
CACIS-UERJ  
CAGEO-FFP  
CAHIS-UERJ  
CAHIS-UFF  
CAHIS-FFP  
CALET-FFP  
CAPS-UERJ  
DCE-UENF  
DCE-UERJ  
DCE-UFRJ  
ENEFI  
FENET  
FETEERJ  
UBES  
UEDC  
UEES-RJ  
UESB-PA  
UESDF  
UESPE  
UESP-RN  
UMES-OP  
UNE  
USEA

## SINDICATOS, MOVIMENTOS, COLETIVOS E OUTROS

ADUFF  
ADUFFCG  
ADUFFPB  
ADUNIRIO  
AERJ  
Alicerce  
AGB-DEN  
ANFOPE-RJ  
ANPAE-RJ

APP SINDICATO  
ASSINES  
Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação  
Articulação de Mulheres Brasileiras  
Bloco de Resistência Socialista - Sindical e Popular  
Braços Dados  
Brigadas Populares  
Campo Nacional de Juventude Pajeú  
CANDACES  
Casa da Juventude  
Cia. Teatro de Roda  
Cia. Teatro Virgula  
Coletivo Articulação Popular  
Coletivo Cláudia Silva  
Coletivo de Educação Florestan Fernandes  
Coletivo Nacional Advogadxs Pela Democracia  
Coletivo Resistir-UNIRIO  
Comando de Greve-UERJ  
Conselho Social do Mandato do Deputado Federal Jean Wyllys-PSOL/RJ  
CORDEL-UFFPB  
CultMídia  
Esquerda Alvinegra  
JAE  
JPT  
COMFESU  
Comitê UNIRIO contra o Golpe  
Comuna Rubro-Negra  
Fórum Estadual de Educação-RJ  
Juntos!  
KOINONIA  
LBL  
Lésbitoca  
Levante Popular da Juventude  
Marcha Mundial das Mulheres  
Movimento Axé Pela Democracia  
Movimento Contestação  
Movimento Kizomba  
Movimento Nacional Quilombo, Raça e Classe  
Mulheres Pela Democracia  
NOS - Nova Organização Socialista  
Núcleo Popular Paulo Freire  
Ocupa MinC-Porto Alegre  
Ocupa MinC-RJ  
Ocupa MinC-SC  
Ocupa SUS-RJ  
Pólo Comunista Luiz Carlos Prestes  
Rede Emancipa - Movimento Social de Educação Popular  
Representação Discente PROPED-UERJ  
Resistência e Luta  
RUA - Juventude Anticapitalista  
SBAT  
SEPE-RJ  
SERPAJ

SESI SIFPI  
SESSEV  
SINASEFE CATU  
SINASEFE CMR  
SINASEFE IFBA  
SINASEFE IF BAIANO  
SINASEFE IF FLUMINENSE  
SINASEFE IFMG  
SINASEFE IFPR  
SINASEFE IFSC  
SINASEFE IFSP  
SINASEFE IF SUL  
SINASEFE JATAÍ  
SINASEFE MUZAMBINHO  
SINASEFE MANAUS  
SINASEFE SANTA INÊS  
SINASEFE UBERLÂNDIA  
SINASEFE URUTAI  
SINDCONTAS-SC  
Sindicato Químicos Unificados  
SINDPSI-RJ  
SINDPREVS-SC  
SINDSAÚDE-SC  
SINDSCOPE  
Sindicato dos Economistas-RJ  
SINDIPETRO-NF  
SINDIPETRO-RJ  
SINPRO-DF  
SINPRO-LAGOS  
SINPRO-MACACÉ E REGIÃO  
SINPRO-NITERÓI  
SINPRO-OSASCO  
SINPRO-RJ  
SINPRONNF  
SINTAB  
SINTEF-PB CM-CG  
SINTET-UFU  
SINTIETFAL  
SINTIFRJ  
SINTUFF-RJ  
SINTUFRJ  
SINTUR-RJ  
Subcomissão Luís Gama em Defesa dos Direitos Humanos/Subseção de Taguatinga-OAB-DF  
Tenda Espírita Cabana de Xangô  
Tricolores pela Democracia  
UBM  
UJR  
UJS  
UNEGRO  
Unidade Classista  
Unidade Popular pelo Socialismo  
Vascomunistas  
Frente de Oposição ao SINTUFRJ  
Oposição à Direção do SINTEP-PB

# SENADO APROVA PROJETO QUE ALTERA CARREIRA DOS DOCENTES FEDERAIS



O Senado Federal aprovou, na terça-feira (12), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 34/2016, antigo Projeto de Lei (PL) 4251/2015, que altera a carreira dos docentes federais e prevê reajuste na tabela salarial que não repõe as sucessivas perdas inflacionárias. O projeto segue agora para sanção do presidente interino.

O PLC 34, aprovado junto com demais projetos frutos de acordos firmados entre diversas categorias e o governo federal em 2015, traz uma série de tabelas remuneratórias, que vinculam o reajuste salarial dos docentes até 2019, promovem o achatamento da malha salarial e aprofundam a desestruturação da carreira docente.

A presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, aponta que a aprovação do PLC significa um grande retrocesso para a carreira dos docentes federais, pois o projeto trata a carreira apenas como tabela remuneratória, sem estabelecer relações entre classes e níveis e, ainda, descaracteriza o regime de Dedicção Exclusiva (DE) na medida em que os valores nominais da DE terão como referência 100% do regime de 20h. Ela critica também o reajuste salarial presente no PLC. “Um índice de 5% não pode sequer ser chamado de reajuste, porque não chega a repor nem a inflação acumulada no último período. No entanto, é necessário afirmar que o governo só ofereceu esse índice por conta da greve dos docentes federais do ano passado e da campanha salarial dos servidores público federais de 2015, já que, antes da greve, afirmavam que o índice seria zero”, afirma a docente.

De acordo com matéria da Agência Senado, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) comentou que foi feito um acordo das lideranças com o governo para que os projetos, entre eles o PLC 34, fossem aprovados na forma como vieram da Câmara dos Deputados e para que, posteriormente, o presidente interino “vete todos os dispositivos que impliquem criação de cargos e transposição de carreira”, declarou.

## Posicionamento do Setor das Ifes

O Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Setor das Ifes) do ANDES-SN divulgou uma nota em 8 de junho, na qual critica o PLC. Segundo a nota, o “reajuste” trazido pelo PL 4251 achata os salários da categoria porque tem grande defasagem. Em 1º de agosto, quando será paga a primeira parcela do suposto reajuste, a defasagem em relação a março de 2015 atingirá mais de 7%, sem considerar todas as perdas anteriores. Em relação às mudanças na carreira, o Setor das Ifes classificou o projeto como um ataque ao regime de dedicação exclusiva. Segundo a nota “o PL explicita a desvalorização dos regimes de 40h e dedicação exclusiva (DE), na medida em que estabelece que a relação entre 20h e 40h terá um percentual de 40% em 2019. E o regime de DE terá uma relação de 100% para 20h. Ou seja, 40h não é o dobro de 20h! e o regime de DE tem uma desvalorização enorme”.

\* com informação e imagem da Agência Senado

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8226>

## PROPOR JORNADA DE 80 HORAS SEMANAIS É UMA PROVOCAÇÃO AO POVO BRASILEIRO

CUT, CTB, Força e UGT assinam nota de repúdio à proposta da CNI  
Escrito por: CUT, CTB, Força e UGT

Nós sindicalistas repudiamos a sugestão, proferida pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, nesta sexta-feira (8), após uma reunião com o presidente interino Michel Temer e cerca de 100 empresários do Comitê de Líderes da MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação), segundo a qual o Brasil deveria ampliar sua carga horária de trabalho em até 80 horas semanais e de 12 horas diárias para classe trabalhadora.

Neste momento em que os trabalhadores buscam diálogo com a classe política, bem como com a classe empresarial, a fim de estabelecer um consenso tripartite, benéfico para todos e sem prejuízo para nenhum dos envolvidos, tal afirmação, que faz lembrar a situação da classe operária do século 19, surge como uma provocação estapafúrdia ao povo brasileiro.

O que os trabalhadores querem e precisam é andar para frente, não retroceder na história. Neste sentido aproveitamos a oportunidade para reafirmar nossa bandeira pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário.

A proposta da jornada de 80 horas semanais vai na contramão de todos os estudos sobre o trabalho no Brasil. Pesquisas do Dieese, por exemplo, apontam que a adoção das 40 horas semanais poderá gerar mais de 2 milhões de novos postos de trabalho. Na mesma linha, estudos do Ipea apontam que uma jornada de 12 horas semanais seria suficiente para produzir a mesma riqueza produzida com uma jornada legal de 44 horas.



A elevação do nível de emprego e dos salários irá beneficiar todo o país e promover o crescimento da economia brasileira, fortalecendo o mercado interno, ampliando o consumo e estimulando os negócios no comércio e na indústria.

A adoção de uma jornada de 80 horas semanais, por outro lado, acarretará em um atraso social, cultural e econômico, submetendo a classe trabalhadora à condições desumanas afetando (1) sua saúde e qualidade de vida; (2) sua possibilidade de escolaridade e conhecimento; (3) e reduzindo seu tempo de vida social e cultural.

Acreditamos que a redução da jornada de trabalho sem redução de salário é um meio indispensável para ampliar a oferta de emprego, na medida em que os ganhos de produtividade - fruto do desenvolvimento tecnológico e de formas mais avançadas de gerenciamento - requerem essa mudança. Qualquer medida contrária só ampliará a precarização e retirará

direitos consagrados pela luta histórica da classe trabalhadora.

As centrais alertam a classe trabalhadora e o conjunto do povo brasileiro para que se mantenham alertas, vigilantes e mobilizados para a luta contra o retrocesso neoliberal neste difícil momento da vida nacional, marcada por uma brutal ofensiva dos capitalistas contra o Direito do Trabalho, a democracia e a soberania nacional.

# REDUZIR JORNADA É GERAR EMPREGO; AUMENTAR SÓ FAVORECE PATRÃO

Enquanto empresários querem ampliar tempo de trabalho para até 80 horas semanais, Central lança proposta de redução e mostra como isso é bom para o país

Escrito por: Luiz Carvalho



O Senado Federal aprovou, na terça-feira (12), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 34/2016, antigo Projeto de Lei (PL) 4251/2015, que altera a carreira dos docentes federais e prevê reajuste na tabela salarial que não repõe as sucessivas perdas inflacionárias. O projeto segue agora para sanção do presidente interino.

O PLC 34, aprovado junto com demais projetos frutos de acordos firmados entre diversas categorias e o governo federal em 2015, traz uma série de tabelas remuneratórias, que vinculam o reajuste salarial dos docentes até 2019, promovem o achatamento da malha salarial e aprofundam a desestruturação da carreira docente.

A presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, aponta que a aprovação do PLC significa um grande retrocesso para a carreira dos docentes federais, pois o projeto trata a carreira apenas como tabela remuneratória, sem estabelecer relações entre classes e níveis e, ainda, descaracteriza o regime de Dedicção Exclusiva (DE) na medida em que os valores nominais da DE terão como referência 100% do regime de 20h. Ela critica também o reajuste salarial presente no PLC. “Um índice de 5% não pode sequer ser chamado de reajuste, porque não chega a repor nem a inflação acumulada no último período. No entanto, é necessário afirmar que o governo só ofereceu esse índice por conta da greve dos docentes federais do ano passado e da campanha salarial dos servidores público federais de 2015, já que, antes da greve, afirmavam que o índice seria zero”, afirma a docente.

De acordo com matéria da Agência Senado, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) comentou que foi feito um acordo das lideranças com o governo para que os projetos, entre eles o PLC 34, fossem aprovados na forma como vieram da Câmara dos Deputados e para que, posteriormente, o presidente interino “vete todos os dispositivos que impliquem criação de cargos e transposição de carreira”, declarou.

Posicionamento do Setor das Ifes

O Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Setor das Ifes) do ANDES-SN divulgou uma nota em 8 de junho, na qual critica o PLC. Segundo a nota, o “reajuste” trazido pelo PL 4251 achata os salários da categoria porque tem grande defasagem. Em 1º de agosto, quando será paga a primeira parcela do suposto reajuste, a defasagem em relação a março de 2015 atingirá mais de 7%, sem considerar todas as perdas anteriores. Em relação às mudanças na carreira, o Setor das Ifes classificou o projeto como um ataque ao regime de dedicação exclusiva. Segundo a nota “o PL explicita a desvalorização dos regimes de 40h e dedicação exclusiva (DE), na medida em que estabelece que a relação entre 20h e 40h terá um percentual de 40% em 2019. E o regime de DE terá uma relação de 100% para 20h. Ou seja, 40h não é o dobro de 20h! e o regime de DE tem uma desvalorização enorme”.

\* com informação e imagem da Agência Senado

Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/reduzir-jornada-e-gerar-emprego-aumentar-so-favorece-patrao-bc6b/>

## 61º CONAD

### A LÓGICA BINÁRIA E BIZARRA DO ULTRAESQUERDISMO DA DIRETORIA DO ANDES

brasileira, sendo recheada de “argumentos” na verdade preconceitos ultraesquerdistas para justificar a negativa do Andes em lutar contra o golpe e contra a direita.

Antonio Eduardo Alves Oliveira

Professor UFRB e colunista do Diário Causa Operária

A caracterização política de uma conjuntura, em especial a atual marcada por fortes mudanças, é uma tarefa complicada e complexa. É preciso, antes de mais nada, evitar as fórmulas prontas e uma visão ossificada da realidade.

Geralmente, no movimento sindical, tanto os agrupamentos reformistas quanto os adeptos do sectarismo evitam uma análise e uma atuação efetivamente transformadora da política. Os slogans e os preconceitos servem como substitutos analíticos ou consolos morais para a constante repetição, tomada erroneamente como sinônimo de coerência.

Os resultados tacanhos e complementemente conservadores da política ultra esquerdista de negar a existência do golpe e, conseqüentemente, da necessidade da luta política contra a direita golpista por parte da diretoria do ANDES não é apenas um erro político, mas representa a completa falência teórica e política da esquerda pequeno - burguesa (PCB, PSOL e PSTU) que dirige o sindicato nacional.

Os argumentos invocados para a ausência de luta contra o golpe, e mesmo contra a plataforma patronal dos golpistas, são todos eles primários e profundamente antimarxistas (todos são iguais, a disputa política no interior dos governos ou do Estado não interessa para os trabalhadores etc

Do ponto de vista metodológico, as formulações da diretoria do ANDES não têm um caráter dialético, mas são baseadas em preconceitos tomados em uma lógica binária e, sobretudo, bizarra, na medida em que significa exatamente o inverso do que supostamente defende.

Apesar da confusão ideológica do consórcio da esquerda pequeno-burguesa que dirige o ANDES, o que prevalece no fundo são as certezas com uma forte implicação moral de um discurso de autopromoção. A linha central da avaliação de qualquer conjuntura é a conclusão já previamente estabelecida de que a diretoria do ANDES e a CSP Conlutas são os únicos “revolucionários” ou pelo menos os “verdadeiros combativos”.

Seria impossível dar conta de todas as andanças do discurso ultraesquerdista da diretoria do ANDES, pois, apesar do eixo central moralista e autopromocionário do binarismo, (“todos os outros são pelegos ou traidores”), uma das características do centrismo ultraesquerdista do consórcio ANDES é o caráter escorregadio das análises binárias, sempre prontas para dizer a mesma coisa refazendo o que disse antes.

A repetição de mantras que tem como objetivo negar a unidade da luta contra o golpe e, a meu ver, a inspiração fundamental da política esquerdista capituladora no ANDES.

O objetivo central da luta contra o “governismo” é a busca frenética pelo “terceiro campo” para inviabilizar a todo custo a possibilidade de unidade das forças políticas populares contra a direita e seu golpe reacionário.

O complemento dessa política é a afirmação de que “todos são iguais”, o “PT= direita”, “não existe polarização política na crise política”, o “golpe já foi dado por Dilma” e que “ não existe golpe algum, apenas manobras dentro das regras do jogo burguês” e os “trabalhadores não devem se meter nas brigas.

Na verdade, é importante reafirmar mais uma vez, a diretoria do ANDES não é uma entidade abstrata nem uma representação em geral da categoria. Como qualquer direção sindical, é uma expressão de uma determinada correlação de forças políticas que atuam no movimento sindical e político. Assim como a ideia de uma “escola sem partido” é uma visão reacionária, a noção de sindicatos “sem partido” é nada menos do que uma falácia, em geral dos partidos que dirigem o sindicato.

O discurso da diretoria do ANDES sobre a luta contra o “governismo” durante muito tempo amedrontou muita gente, os rompantes radicais da esquerda pequeno burguesa intimidavam, em especial a “defesa da independência diante dos governos e partidos”. A luta contra o “governismo” sempre foi uma política despolitizada da esquerda burguesa, que substitui a luta contra a política da frente popular, marcada por contradições, pelo tranquilo e inoperante discurso semianarquista do PSTU.

A relação do sindicato com o Estado não é uma luta vazia contra o “governismo”, mas tem que ser parte da luta do conjunto dos trabalhadores, através da luta de classes. A CSP e a diretoria do ANDES, em particular, apresentaram durante os últimos 13 anos uma política combativa nas palavras, mas de total prostração diante do “governismo”.

A política de colaboração de classe do governo da Frente Popular nunca foi enfrentada pela diretoria do ANDES, pois nunca foi realizado um movimento real nas bases. A denúncia do “governismo” sempre foi um perfeito álibi para a própria política de paralisia dos grupos da esquerda burguesa que controlam o sindicato através de vários expedientes.

O modelo de fachada anarquista da “luta contra o governismo” da diretoria do ANDES servia para reforçar a visão de que era “combativa” e de “esquerda” durante os governos da Frente Popular, impulsionando inclusive a aventura sectária do PSTU de rompimento com a “governista” CUT que, infelizmente, o ANDES embarcou. Como já afirmei, não é uma questão de caracterização simplesmente, mas o efeito moral no ambiente ou meio social formadas pelas classes médias semi-intelectualizadas das universidades brasileiras.

Entretanto, com a colapso do pacto político que dava sustentação para a política de colaboração de classes do PT com seus aliados, a lógica binária da diretoria do ANDES passou de uma política de prostração e capitulação ao “governismo” para uma política de caráter reacionário de apoio à direita.

A crise política brasileira é a expressão da política golpista da direita, que não aceita mais as concessões do PT para os trabalhadores, por menores que sejam. A principal

tarefa não é fazer uma discussão ideológica, mas impulsionar uma luta contra o golpe da direita, mostrando para as massas populares e para as organizações populares como a CUT, MST, MTST e a UNE a necessidade de uma frente única.

Não é por acaso que nem a diretoria do ANDES nem nenhum setor da esquerda pequeno burguesa do marxismo acadêmico conseguiu prever, nem mesmo analisar, os contornos da crise brasileira, uma vez que estavam presos a preconceitos da lógica binária.

Na ilha da fantasia da diretoria do ANDES não existe direita, nem contradições entre as classes sociais. Assim, o golpe era uma invenção dos “governistas”, que o processo de impeachment “não iria acontecer”, pois o PT e o governo tinha Katia Abreu e apoiava o “ajuste fiscal”. Enquanto o Brasil e o mundo discutiam a crise brasileira e a polarização política entre os “coxinhas” e o PT, a diretoria do ANDES negava de pé junto que existia polarização e mesmo que aconteceria o impeachment. (isso em fevereiro de 2016, quando o processo formal já estava aberto por Eduardo Cunha e todas as engrenagens golpistas estavam em movimento).

Essa negação dos fatos e total falta de previsibilidade pela lógica binária da diretoria do ANDES somente evidencia que essa política não é combativa, como é, inclusive, completamente furada, na medida em que não tem nenhum valor explicativo, e somente serve para, de maneira obtusa, tentar toscamente esconder o golpe de estado no Brasil.

A máxima da diretoria é: se os fatos são contra a nossa lógica binária, pior para os fatos. Dessa forma, essa lógica não é apenas binária e sectária, mas também bizarra, ou seja, tem a sua própria realidade paralela. No mundo da diretoria do ANDES não tem direita e nem golpes.

# CRESCCE O NÚMERO DE CRIMES DE HOMOFOBIA NA BAHIA



Após a morte do produtor baiano Leonardo Moura, 29 anos, vítima de um ataque homofóbico na madrugada de sábado (9), depois de deixar uma boate no bairro Rio Vermelho, em Salvador; ampliou-se a discussão sobre a homofobia na Bahia, mais precisamente sobre os crimes de homofobia, que, infelizmente, têm sido cada vez mais constantes. A motivação homofóbica no caso de Leonardo é apontada por amigos e parentes, já que nada da vítima foi roubado.

Segundo o relatório anual sobre o assassinato de homossexuais em 2015, divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), 318 gays foram mortos no ano passado no Brasil; sendo 52% gays, 37% travestis, 16% lésbicas e 10% bissexuais. A Bahia estava em segundo lugar no número de casos, 33 mortes; um número maior que em 2014, quando foram registradas 25 mortes.

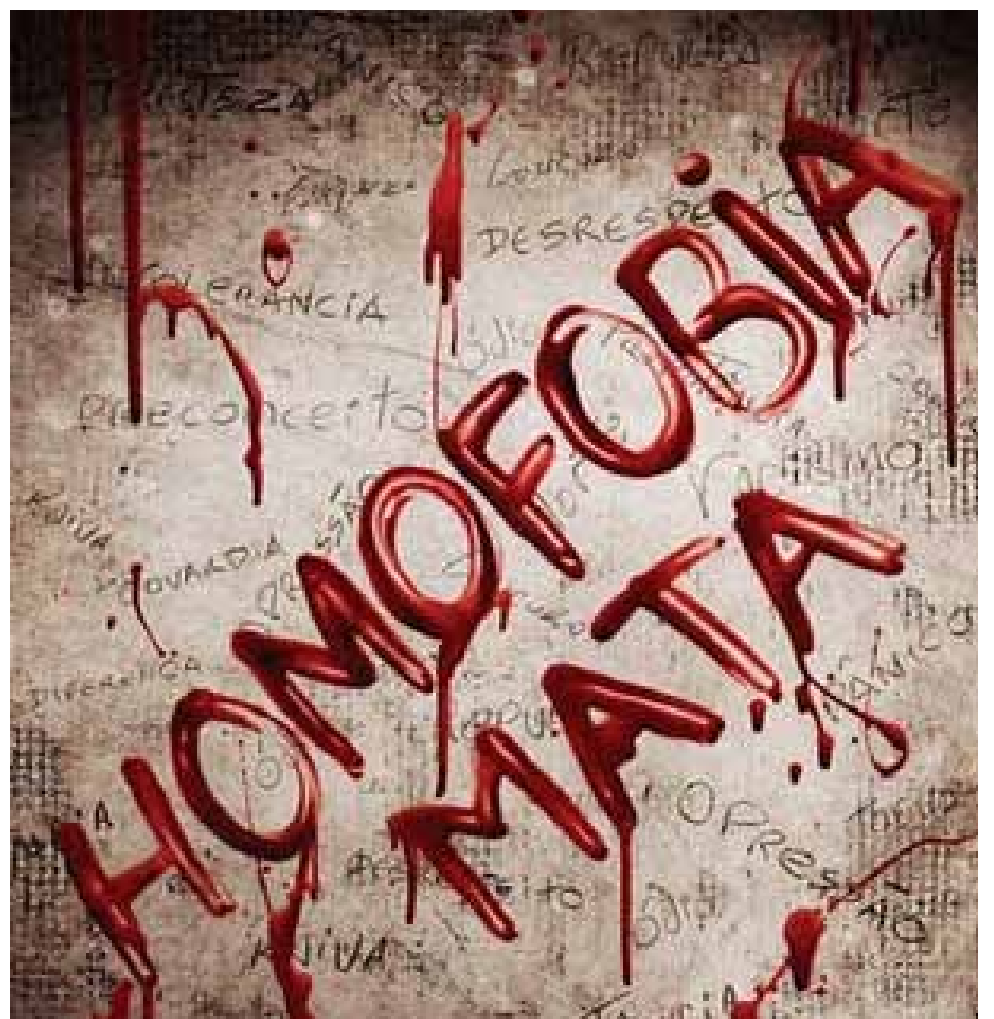
Ainda segundo o relatório, “predominam as mortes de LGBT menores de 29 anos (58%), pessoas portanto, na flor da idade produtiva. Menores de 18 anos representam 21%, sugerindo a precocidade da iniciação homoerótica e grande vulnerabilidade, sobretudo das jovens travestis e transexuais profissionais do sexo”.

As palavras de um amigo de Leonardo Moura retrata bem o aspecto de crueldade dos crimes de homofobia: “Foi um crime homofóbico. Não roubaram nada dele. Foram cruéis e espancaram ele para matar”, afirmou Afonso Leiro, amigo da vítima. De acordo ao

relatório de 2015, a causa mortis de vítimas de homofobia apresenta traços de ódio intenso. O relatório exemplifica com os seguintes casos: o bacharel Helmiton Figueiredo, 30 anos, morto com 60 facadas; Bruno C. Xavier, esquarterado e cimentado em seu apartamento em Diadema, SP e Pablo Garcez, pedreiro de 35 anos, que teve seu tronco e braços decepados.

Ainda não há um relatório sobre 2016, mas, segundo o GGB, o ano se iniciou “ainda mais homofóbico”, com o registro de 30 assassinatos em apenas 28 dias, ou seja, um assassinato a cada 22 horas. Ressalte-se que, atualmente, esse número é maior, pois nele não contemplava, por exemplo, o caso do produtor Leonardo Moura; e os dados aqui colocados foram apresentados no mês de janeiro deste ano

É necessário que se tenha em mente que combater a homofobia não é construir propagandas do ser gay, é preciso que os praticantes de crimes de homofobia sejam duramente punidos. Para isso, se faz urgente que o governo brasileiro criminalize a homofobia. Nas palavras Rafael Fernandes, secretário LGBT da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (Fetamce), a homofobia é uma verdadeira praga que destrói vidas e famílias. Combater esse crime de ódio é garantir a igualdade prescrita em nossa Constituição, é garantir os Direitos Humanos. Para curar-se do ódio, as pessoas precisam de educação e de Leis, que possa punir àqueles que promovam a violência contra LGBTs”.



## LUIZA BAIROS 27/03/53 – 12/07/16

Nessa terça-feira (12), a luta pela igualdade racial perdeu uma de suas grandes defensora, a ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairos. Natural de Porto Alegre, mas radicada na Bahia, Luiza Bairos era doutora em sociologia, e era considerada um das políticas que mais atuava nas áreas de negritude e de gênero. Além das secretaria, Luiza ainda trabalhou em programas das Nações Unidas contra o racismo em 2001 e 2005. Por sua vida de luta, recebeu a medalha Zumbi dos Palmares em 2011 e, este ano, o diploma Bertha Lutz, por sua contribuição na defesa dos direitos da mulher e a questão de gênero.



## CUT LAMENTA COM PESAR O FALECIMENTO DE LUIZA BAIROS, EX-MINISTRA DA IGUALDADE RACIAL

Luiza implementou ações fundamentais na política pela igualdade de raça e gênero  
CUT Nacional

É com imenso pesar que recebemos a notícia da morte da companheira Luiza Helena Bairos. Esta é mais uma voz que se cala. A morte de Luiza deixa uma grande lacuna na luta brasileira em defesa de uma sociedade sem racismo.

Num país marcado pelas desigualdades sociais e pelo racismo, a vida, a luta e a militância de Luiza fizeram a diferença para o povo brasileiro e para aquelas e aqueles que acreditam que é possível construir uma nova sociedade sem racismo.

Luiza era Mestre em Ciências Sociais e Doutora em Sociologia. Foi Secretária da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) de 2011 à 2014 no Governo Dilma Rousseff e uma grande lutadora na defesa dos direitos das negras e negros .

A Central Única dos Trabalhadores lamenta profundamente o falecimento da companheira Luiza Helena Bairos ocorrido nesta manhã de terça-feira (12) e presta sua solidariedade e condolências aos familiares, movimento negro e aos amigos.  
Luiza Bairos, Presente!

Disponível em: <http://cut.org.br/noticias/cut-lamenta-com-pesar-o-falecimento-de-luiza-bairros-ex-ministra-da-igualdade-ra-28b7/>



## Reunião da diretoria APUR

Dia 24, às 9 horas

Local: Santo Antônio

### Pauta:

1. Informes
2. organização do sindicato
3. Planejamento para o próximo semestre